

Autor: Ms. Magno Klein Silva¹
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Regina Soares de Lima

Projeto de Pesquisa

A Normatividade no Discurso da Política Externa Brasileira: Comparando o governo FHC e o governo Lula

O processo de redemocratização do país gerou condicionantes para a política externa brasileira, seja no retorno da preocupação com o tema da legitimidade e democratização dos espaços de poder em foros internacionais, seja pela ascensão de novos atores na formulação e condução de parte da inserção internacional do país.

Tal ponto pode ser observado mais evidentemente ao longo do governo Lula. Durante este período a política exterior do país esteve envolvida em um discurso marcado por percepções a respeito da necessidade de reforma dos organismos internacionais em prol de uma maior democratização das relações internacionais, como se observou nas declarações a respeito da reforma da Organização das Nações Unidas e em seu Conselho de Segurança; ou na ação de liderança do Brasil em organizar grupos de âmbito Sul-Sul ao redor de questões-chave na política internacional contemporânea, como nas negociações da Rodada Doha de negociações da Organização Mundial do Comércio.

As relações Sul-Sul foram valorizadas neste início de século e também estiveram envolvidas em uma retórica própria que via o mundo marcado por uma divisão injusta entre países ricos e pobres onde se fazia necessário uma aproximação entre os países do Sul para reverter o padrão de desigualdade.

A análise discursiva do governo petista aponta que este foi um momento de inovação e formulação de uma política externa que, ainda caracterizada fortemente pela tradição diplomática, trouxe características diversas das presentes em governos recentes.

A política externa brasileira continuou marcada por elementos de continuação, porém é inegável que houve algumas importantes alterações, visíveis se forem comparados o governo Lula e o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

Durante o governo FHC, o Brasil foi guiado pelo esforço de se apresentar como um Estado “normal”, nas palavras de Amado Cervo, e na busca pela aquisição de *credibilidade* no cenário internacional. O perfil do país foi percebido por suas elites como possuindo baixo acúmulo de poder, e a maneira encontrada de responder às questões contemporâneas colocadas pelo processo de globalização, foi acelerar o processo de adesão do Brasil a tratados e acordos internacionais em várias áreas, como Direitos Humanos e não-proliferação de armamentos nucleares e abertura econômica, de maneira unilateral, sem fazer exigências.

A comparação entre os dois momentos aponta como os dois lados representaram discursivamente de maneira distinta as suas políticas externas. E este projeto de pesquisa tem por objetivo a análise de um âmbito em particular das duas políticas externas: a orientação normativa presente em seus discursos. Cabe apontar o que foi perene e esteve inserido na tradição secular da diplomacia do país e o que foi a contribuição particular de cada governo. Sendo que esta pesquisa parte do pressuposto de que qualquer governo formula uma política externa calcada em paradigmas normativos, mais ou menos coerentes ao longo de seu mandato, que muitas vezes está expressa nas diversas demandas por posturas morais e mais justas no ambiente internacional.

Entendendo que a política externa brasileira vem aos poucos saindo da primazia do Itamaraty, faz parte desta pesquisa abordar nos dois períodos qual foi o discurso normativo de outros atores que tiveram influência decisiva na inserção internacional do país. Assim, esta pesquisa se enfocará na análise discursiva de determinados órgãos da imprensa brasileira e de instituições da sociedade civil, nomeadamente ONGs e movimentos sociais.